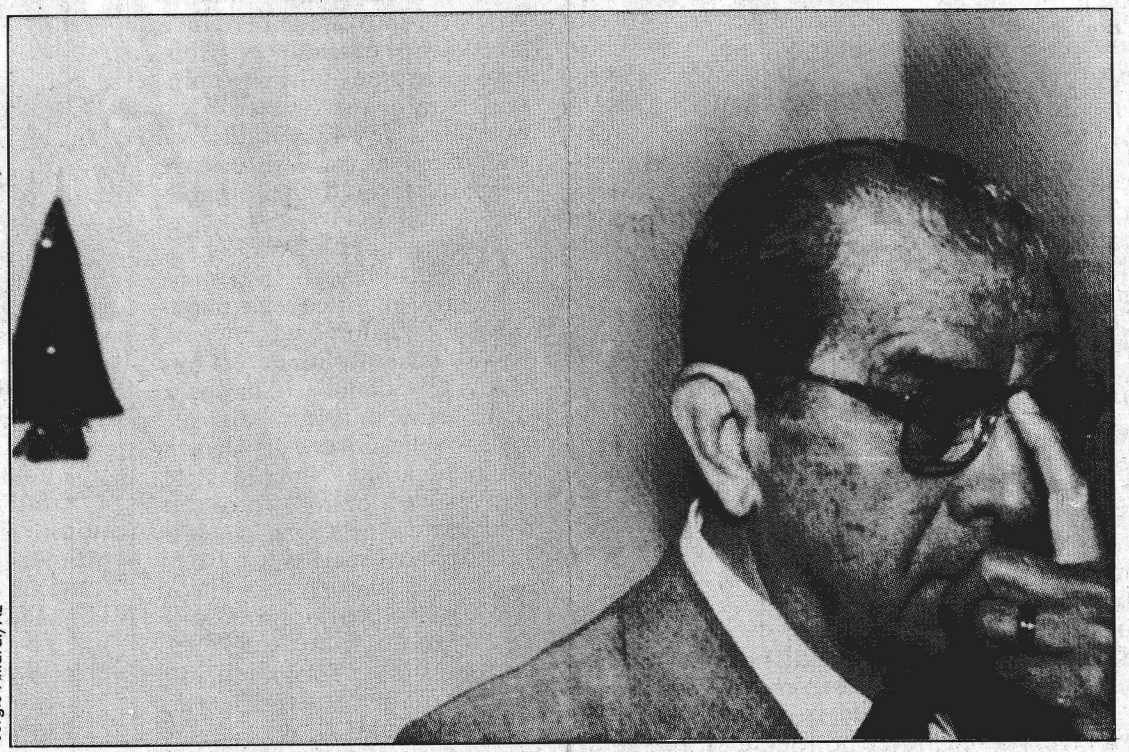
PF apreende documentos no apartamento de João Alves

CPI AUTORIZA AÇÃO POLICIAL QUE APREENDEU SEIS QUILOS DE DOCUMENTOS E UM DISQUETE



Sérgio Amaral/AE

Passarinho autorizou apreensão de documentos

Em operação que durou três horas, a Polícia Federal apreendeu ontem cerca de seis quilos de documentos e um disquete de computador no apartamento funcional do deputado João Alves (sem partido-BA), acusado de liderar a máfia do Orçamento. A ação, que pegou o parlamentar de surpresa, foi feita com base em ofício do senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI do Orçamento, e foi comandada pelos delegados Luis Elismar Gonçalves Martins e Francisco Mallmann, acompanhados de seis agentes. Alertado pelo porteiro do prédio, no Bloco G da Quadra 211 Sul, João Alves chegou ao local cinco minutos depois da chegada dos policiais, acompanhado de uma equipe de advogados liderados por Joaquim Lobo Carneiro.

Numa primeira análise da documentação apreendida, que será catalogada hoje pelos delegados, foram encontrados bilhetes comprometedores escritos por Alves dentro de uma agenda. Há também um papel datilografado com a relação de obras destinadas às construtoras Andrade Gutierrez, Tratex, Odebrecht e OAS, com o registro "sem licitação", e dezenas de folhas de telex indicando a destinação de ordens de pagamento para vários locais. Um fax de uma emissora de televisão de Itororó, na Bahia, solicita ao parlamentar a compra de vários equipamentos.

Outro fax que chamou a atenção foi enviado a um destinatário ainda não identificado, avisando sobre o vazamento da informação de que Alves tinha conseguido dinheiro "escuso" para suas campanhas. "Tem muita coisa que compromete, mas ainda não sabemos a real importância desses documentos", informou um policial. Entre os documentos, havia uma folha datilografada com os nomes dos deputados Ricardo Fiúza, Genebaldo Correia e Ibsen Pinheiro, com valores, ainda não revelados, escritos ao lado.

A operação da PF encontrou forte reação de João Alves e de seus advogados. Um segurança do parlamentar, da Polícia Militar da Bahia, tentou impedir a entrada da equipe policial e teve sua arma confiscada. João Alves chegou ao apartamento logo depois, furioso com o presidente da CPI. Ele insinuou que o parlamentar não teria condições de pegá-lo. "Passarinho vai ter que voar muito". Os advogados exigiram autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), mas os policiais decidiram agir às 17h50, dez minutos antes de expirar o horário legal para esse tipo de operação. "Agora vamos recolher tudo", disse o delegado Martins. Alves ainda tentou impedir a apreensão do disquete, alegando que era do seu Imposto de Renda. "Vou levar assim mesmo", disse o policial.